

RECENSÃO CRÍTICA: EDUCAÇÃO DIGITAL: PARA O DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS

ELISEU FRAGOSO BALANDA CHIPACO

<https://orcid.org/0000-0002-6513-2341>

DOUTOR. INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO SOL NASCENTE. HUAMBO. ANGOLA

eliseu.chipaco@ispsn.org

Trata-se do livro de Sara Dias-Trindade, Docente do Departamento de História, Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e de José Moreira, Professor Associado no Departamento de Educação e Ensino a Distância da Universidade Aberta. O livro ocupa-se em explicar como a educação digital pode contribuir para a estruturação de ambientes digitais focados no desenvolvimento curricular e na aquisição de competências transversais. Neste caso, e em primeira instância, podemos considerar que a concretização da sua publicação dá o devido mérito a um trabalho de investigação de elevado mérito.

O livro é prefaciado por João Costa, antigo Secretario de Estado Adjunto e da Educação de Portugal. O prefaciador alerta para o facto de que apesar de se estar em pleno processo de aceleração de competências digitais nas escolas, por vezes, a oposição entre digital e presencial gera equívocos que não permitem debater o ensino presencial – com as emoções características das relações humanas – e o digital como factor de enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, nunca um substituto da escola.

Com uma breve apresentação, este livro de Sara Dias-Trindade e de José Moreira pretende fazer “uma leitura aprofundada, embora, sintética, do momento de consolidação de um projecto da educação portuguesa que chegou as escolas em 2018 e onde o foco na aprendizagem de competências e apelo a flexibilização curricular, dá lugar a novas formas de pensar o processo de ensino-aprendizagem” (Dias-Trindade & Moreira, 2021).

Neste processo de (re)pensar, as mudanças de teorias pedagógicas centradas no professor para modelos mais participativos não devem ser vistas apenas sob o ponto de vista tecnológico, mas devem ser equacionadas, sobretudo, em termos de mentalidade e de prática. Os autores defendem que estas mudanças que vão ocorrendo pela “utilização da

web social e do digital, exigem que sejamos digitalmente competentes, aprender a fazer uso de diferentes recursos digitais” (Cf. p. 15), promovendo uma escola que “prepara seus alunos para uma vivência numa sociedade *onlife*, onde é difícil fazer a distinção entre o que é real e o que é virtual” (idem: 15).

O livro é organizado em três capítulos, desde a discussão da autonomia e flexibilidade curricular passando pela discussão da educação digital até ao debate sobre as competências digitais dos professores e o uso pedagógicos das tecnologias. Estes capítulos complementam-se e garantem uma fluidez na leitura do livro, que comporta 16 figuras e 10 tabelas, com comentários de elucidação científica, que ilustram, com dados provenientes de várias fontes, a essência daquilo que é descrito e defendido ao longo do corpo do texto.

O livro termina com notas finais em que os autores se preocupam lançar o desafio para a necessidade de se criar um ecossistemas digitais e ambientes de aprendizagens híbridos, ubíquos, fluídos adequados as necessidades da educação para o século XXI, e assim preparar os estudantes para uma pertença plena, activa e consciente das exigências do mundo em que vivemos (Cf. p. 103).

Em termos mais específicos, o capítulo I, “**Autonomia e flexibilidade curricular, aprendizagens essenciais e competências transversais**”, contextualiza o programa português e centra-se na articulação entre o projecto de autonomia e flexibilidade curricular, as aprendizagens essenciais e a promoção de competências transversais. Segue-se uma abordagem sobre o novo normal em educação que é apresentado pela OECD em que se define que os currículos devem ser mais flexíveis e personalizados para garantir que os talentos únicos de cada aluno sejam desenvolvidos (OECD, 2020). Os autores terminam este capítulo afirmando que tal como a “escola deve ser pensada pelos seus actores e cada realidade construída à medida das aulas necessidades”, deve também os “documentos legais se articulam num todo que organiza uma visão do sistema educativo que sempre se desejou” (Cf. p. 35).

O capítulo II, “**Educação digital**”, começa por focar-se no desenvolvimento dos ecossistemas digitais e explica a importância da integração do digital nos processos pedagógicos com a finalidade de promover uma educação que combina oportunidades de aprendizagem variadas, explorando o seu potencial no desenvolvimento de competências transversais. Os autores ao debruçarem-se sobre a necessidade de criarem-se “cenários de aprendizagem construtivistas e colaborativos, mais maleáveis e adaptáveis às

necessidades de cada aluno” (Cf. p. 14), destacam o Plano de Acção para a Educação Digital (2021-2027) da Comissão Europeia como ferramenta fundamental para que se atinjam os principais objectivos de desenvolvimento do ecossistema de educação digital que reforça as competências e aptidões digitais para a transformação digital.

Os autores realçam que este fenómeno transformou “a nossa cultura, sendo que, em menos de uma década, incorporamos as redes digitais (a *Internet*) e a sua interface gráfica (a *web*) nos nossos sistemas de comunicação e quotidiano escolar” (p. 45) em prol do desenvolvimento das aprendizagens e contribui para tornar o estudante mais activo na construção do conhecimento, “abrindo a possibilidade para aprender em outros lugares e ambientes que não somente da sala de aula” (p. 48).

O capítulo III, “**Competências digitais dos professores e o uso pedagógico das tecnologias**” dedica-se às competências digitais em educação, necessárias para que os ambientes digitais se desenvolvam de forma verdadeiramente profícua, mostrando como diferentes referenciais têm vindo a explicar de que forma podem e devem os professores utilizar as tecnologias digitais em ambientes educativos.

É neste capítulo que os autores ressaltam a estratégia europeia e portuguesa de promoção das competências digitais não só em ambiente educativo, como em geral na sociedade, e, sobretudo, o trabalho para a formação docente que tem como base a educação para o século XXI. Os autores terminam este capítulo destacando que o objetivo para a escola portuguesa deve ser “uma escola que faça uso da tecnologia e do digital para aproximar alunos das ferramentas de produtividade e colaboração que podem encontrar num ambiente de trabalho profissional” (Cf. p. 99).

É a partir do confronto entre estes dois cenários que repartem o livro, primeiro da consolidação de um projecto focado na aprendizagem de competências e apelo a flexibilidade curricular e o segundo cenário da mudança que não deve ser encarada apenas do ponto de vista tecnológico, mas capaz de construir uma escola diferente capaz de promover as competências necessárias para a realidade emergente do século XXI que o livro discute os riscos que comporta a inovação, em contexto educativo, essencialmente, riscos de apropriação em que se confundem finalidades com meios.

Assume-se, assim, que o digital é uma ferramenta e não um fim, e, por isso, não pode apenas ser encarado como mais um equipamento que aparece na escola. Portanto, o processo de transição digital na educação deve ser contruído através da conjugação de

quatro eixos: (i) disponibilização de equipamentos; (ii) conectividade; (iii) recursos educativos; e (iv) capacitação dos professores.

Referências

Dias-Trindade, S., & Moreira, J. (2021). *Educação Digital - para o desenvolvimento curricular e aquisição de competências transversais*. Santo Tirso: WH!THE BOOKS.

(OECD), O. f. (3 de Junho de 2020). *Future of education and skills 2030. OECD Learning Compass 2030*. Obtido de OECD:
http://www.oecd.org/education/2030-project/contact/OECD_Learning_Compass_2030_Concept_Note_Serie.pdf